

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17121 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

ADAPTAÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO REMOTO

Ana Emília da Rosa Kessler - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

ADAPTAÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO REMOTO

RESUMO:

Visando contribuir para o entendimento dos processos e impactos emergentes da pandemia de COVID-19 no meio educacional, o presente trabalho está organizado a partir de uma análise qualitativa documental em 11 PPCs dos cursos de Licenciatura da UFSM, por meio de roteiros para análise textual, com base na legislação vigente no período (BRASIL, 2019). Tem como objetivo compreender de que forma as adaptações realizadas na distribuição de carga horária nos estágios curriculares para o trabalho remoto podem trazer contribuições para os cursos de licenciatura no ensino presencial e/ou híbrido. Os principais resultados encontrados foram a necessidade de revisão dos documentos dos cursos e a latente demanda pela explicitação da distribuição da carga horária de estágio, bem como a valorização das especificidades dos contextos em que ocorrem os estágios.

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial. Cursos de licenciatura. Estágio curricular obrigatório. Ensino remoto. Carga horária.

O presente trabalho consiste na apresentação dos resultados obtidos na pesquisa “Adaptações na distribuição da carga horária dos Estágios Curriculares para a formação de professores no Ensino Remoto”, e busca contribuir para o entendimento dos processos e impactos da pandemia no meio educacional, configurando-se a partir das demandas emergentes desse contexto para a formação de professores no âmbito do estágio curricular obrigatório.

A temática se justifica a partir da demanda de compreensão dos eventos e reverberações ocorridos nos processos educacionais a partir da emergência da pandemia de COVID-19 no primeiro semestre do ano de 2020, e pelas demandas provenientes da mesma. Destacamos que os impactos oriundos do contexto pandêmico são imensuráveis em curto prazo, sendo de grande relevância o desenvolvimento de estudos acerca das dinâmicas estabelecidas durante esse período.

Nesse contexto, se afirmou a necessidade do estabelecimento do distanciamento social que, em meio à ausência de unidade dos direcionamentos da União, encontra no Ensino Remoto a possibilidade de manutenção de vínculos e desenvolvimento de propostas para os processos educacionais. Nesse mesmo período, estava em implementação a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), estabelecida pela

Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019).

Com a eclosão da pandemia, foi emitida a Portaria do Ministério da Educação nº 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020a), que autorizou, em caráter excepcional, a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação, tendo a parte prática autorizada apenas aprovação da Portaria nº 544 (BRASIL, 2020b), que estabelecia as novas disposições acerca da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais pelo período de duração da pandemia, sendo necessária a aprovação de planos de trabalho específicos no âmbito institucional pelos colegiados de curso, e posteriormente pensados aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Na Universidade Federal de Santa Maria foram estabelecidas as normativas do Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) através da Instrução Normativa n. 02/2020/PROGRAD (UFSM, 2020a), versando sobre as regulamentações sobre os estágios em REDE a partir da Resolução nº 024, de 11 de agosto de 2020 (UFSM, 2020d), que buscava estabelecer no ensino remoto a possibilidade de manutenção de vínculo e processos de formação acadêmica. Esse movimento viabilizou o surgimento e a mobilização de diferentes saberes e fazeres próprios das práticas de estágio e dos processos de formação de professores, resultando em limitações, mas também em possibilidades formativas, que podem ser incorporadas às práticas presenciais e híbridas, de modo a qualificar tais processos.

As normativas que regram acerca da formação inicial de professores se fundamentam na proposição de que os cursos devem se organizar de modo que as dimensões prática e teórica componham um eixo articulador do conhecimento. Para isso, as Diretrizes Nacionais Curriculares (BRASIL, 2019) estabelecem que, das 3.200 horas destinadas à formação inicial de professores, 800 horas serão destinadas a atividades práticas divididas em 400 horas de estágio curricular obrigatório e 400 horas para a prática vinculada aos componentes dos demais grupos de disciplinas, distribuídas ao longo do curso.

O estágio curricular deve ser realizado “em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora” (BRASIL, 2019a, Art. 11, inciso III), uma vez que é na interação com o campo social que se desenvolvem as práticas educativas (PIMENTA e LIMA, 2006), mobilizando os conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso e buscando romper com a dualidade teoria-prática. A partir disso, os cursos de licenciatura devem estar organizados de maneira a promover o contato dos futuros professores com componentes práticos articulados às disciplinas teóricas ao longo de todo o curso. A carga horária para a realização dos Estágios Curriculares está relacionada ao tempo previsto nos documentos para a realização dos estágios e de que forma ele é dividido entre os componentes das atividades de estágio, se relacionando diretamente às concepções de prática que permeiam os processos de formação de professores e o trabalho docente.

Enquanto organização metodológica, a presente pesquisa se trata de uma pesquisa qualitativa, cuja temática geral é estágio curricular em cursos de licenciatura, com foco nas adaptações realizadas na distribuição de carga horária nos estágios curriculares para a formação no ensino remoto das licenciaturas da modalidade presencial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo da pesquisa é compreender de que forma as adaptações realizadas na distribuição de carga horária nos estágios curriculares para o trabalho remoto podem trazer contribuições para os cursos de licenciatura no ensino presencial e/ou híbrido. Com base na compreensão das legislações vigentes e dos critérios definidos a partir da elaboração de Planos de Estágios e Práticas para o trabalho remoto, buscamos responder o problema de pesquisa “Como se deu a distribuição da carga horária de estágio curricular nas adaptações para realização de estágios no modelo remoto?”.

Foram utilizados como fontes uma série de documentos, constituindo, portanto, uma pesquisa

qualitativa documental, composta por documentos oficiais e públicos (FLICK, 2009). As fontes de informação utilizadas foram Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), bem como as adaptações curriculares pensadas a eles através dos Planos de Estágios e Práticas (PEP). Dentre os cursos de licenciatura presenciais da instituição, apenas onze dispunham dos materiais necessários para análise de PPC e PEP disponibilizados no site do curso, sendo eles: Artes Visuais, Ciências Sociais, Dança, Educação Especial, Física, Letras Inglês, Letras Português, Matemática, Pedagogia, Química e Teatro.

Os dados provenientes foram organizados em tabelas e analisados a partir do método de análise documental comparativa (FLICK, 2009; GIBBS, 2009). Primeiramente os roteiros de análise foram sistematizados por curso e posteriormente foram reagrupadas por critério, viabilizando observar de que maneira um mesmo critério foi abordado por diferentes cursos.

Foi possível identificar que em apenas 5 dos PPCs analisados, o componente Carga Horária é subdividido de modo a especificar a parcela de horas destinada a cada parte do processo de estágio (estudo, observação, planejamento, orientação, registro, acompanhamento das atividades da escola, etc.). Destacamos que o período de observação aparece como componente da carga horária de forma explícita em apenas 2 dos documentos, enquanto o registro das propostas desenvolvidas consta apenas uma vez. Tal aspecto se configura como uma fragilidade presente na compreensão do que se trata a prática docente, invisibilizando as atribuições que compõem a docência para além dos espaços de sala de aula e contato direto com alunos.

Termos como “efetivo exercício da docência” e “parte prática” aparecem com frequência quando existe uma divisão expressa da carga horária determinada. Nesse contexto dão margem para a compreensão limitada do que é o exercício profissional dos professores, sinalizando a não compreensão dos demais períodos como parte fundamental e genuína da prática docente, que deve ser desenvolvida ao longo das práticas de estágio. Aspecto como esse têm impacto direto em pautas de direitos trabalhistas de profissionalização e formação docente, de modo que, ao não se compreender que a prática dos professores é composta por diferentes tempos, espaços e ações, não se destina carga horária remunerada para isso.

Destacamos a importância de essas subdivisões estarem expressas em documentos como uma forma de buscar diferentes caminhos para a transformação das políticas públicas e do imaginário social acerca da prática docente, corroborando para o fortalecimento da profissionalização da classe. Concepções limitantes como essas alimentam ideias e práticas, as quais se traduzem em políticas públicas, que não validam as variadas atribuições da docência, podendo causar inúmeros impactos nos processos de ensino e de aprendizagem, como: sobrecarga de trabalho, perda de qualidade de planejamentos e propostas, etc.

Alinhados à legislação vigente, nos PEPs, é indicada a realização dos estágios de maneira integral através dos dispositivos do REDE, tendo seus desdobramentos de carga horária pouco abordados no texto. Podemos considerar que essa seja uma sinalização de que cada estágio poderia se organizar de acordo com as demandas específicas das turmas de Educação Básica designadas, considerando as limitações provenientes do ensino remoto que cada turma tem. Isso pode configurar uma possibilidade de foco mais equilibrado entre os componentes da prática docente, entretanto observamos a necessidade de indicar as cargas horárias destinadas a cada parte do trabalho desenvolvido no estágio, como forma de reconhecer e garantir a presença das demais partes como fundamentais e indissociáveis ao processo dos graduandos.

Ao analisarmos os PPCs e PEPs dos cursos de Licenciatura da UFSM, foi possível identificar diferenças e aproximações entre os documentos, revelando a prevalência de ausências e supressões acerca da distribuição da carga horária dos estágios em ambos os casos. O

dualismo entre teoria e prática aparece como aspecto recorrente nos documentos analisados, distanciando-se das discussões contemporâneas sobre a temática.

A análise dos PPCs nos permitiu identificar a recorrência de uma concepção de trabalho docente com foco nas ações frente a alunos, reduzindo e invisibilizando as demais atribuições constituintes dessa prática, como observação, estudo, planejamento, registro, reflexão, aproximação com o contexto dos alunos, participação em reuniões, etc. Compreendemos que tais ausências e supressões se alinham a uma concepção já estabelecida acerca do trabalho docente, sendo fundamental a explicitação das demais funções inerentes a prática docente e às práticas de estágio nos documentos reguladores.

Os PEPs se reduziram a tratar sobre temática a partir da afirmação sobre o cumprimento integral da carga horária dos estágios, não abordando desdobramentos possíveis. Isso pode estar relacionado a um aspecto de autonomia e adaptação aos contextos dos licenciandos e das escolas, entretanto, revela pouca atenção sobre os demais elementos que compõe a prática do estágio.

A pesquisa revelou, portanto, dois aspectos importantes que podem contribuir para a compreensão das práticas de estágio. O primeiro aspecto está relacionado à necessidade de revisão dos documentos dos cursos e a latente demanda pela explicitação da distribuição da carga horária de estágio. O segundo, emergente das adaptações realizadas, consiste em valorizar as especificidades dos contextos em que ocorrem os estágios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2019. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus -COVID-19. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2020a. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus -Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2020b. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2022.

FLICK. U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução: José Elias Costa. 3ª Ed. Porto Alegre, Artmed, 2009a.(Coleção Pesquisa Qualitativa).

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática**. In: Cad. Pesquisa, São Paulo, n. 94, p58-73, ago. 1995. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/612.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

UFSM. Pró-Reitoria de Graduação. **Instrução Normativa 02, de 17 de março de 2020**.

Regula o regime de Exercícios Domiciliares Especiais e o funcionamento da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA) durante a Suspensão das Atividades Acadêmicas e Administrativas em face da Pandemia COVID-19. Santa Maria, RS: Pró-Reitoria de Graduação, 2020a. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2021.

UFSM. Pró-Reitoria de Planejamento. **Resolução 024, de 11 de agosto de 2020.** Regula o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) e outras disposições afins, durante a Suspensão das Atividades Acadêmicas Presenciais em face da Pandemia da COVID-19. Santa Maria, RS: Pró-Reitoria de Planejamento, 2020b. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2021.